

DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Aberta ao Conselho Geral

consideração no exercício das suas altas responsabilidades. Tratar as instituições e as pessoas que as integram como meras funcionalidades não é digno de um órgão tão relevante.

Não cuidou o Conselho Geral, como lhe competia, de proceder a uma audição dos envolvidos, aprovando quase em sigilo uma alteração organizacional do IPCB que pode impactar de forma decisiva na vida profissional e pessoal de centenas de pessoas que nele desenvolvem a sua atividade. Os representantes dos docentes procederam à audição dos docentes? E os dos alunos? E os dos funcionários? E os representantes da comunidade procederam à audição da comunidade?

E que não se diga que a presidência do IPCB já tinha procedido a audições, porque, independentemente da opinião que se possa ter sobre o conteúdo dessas audições, elas não foram feitas pelo Conselho Geral, órgão a quem compete decidir e, portanto, proceder à audição prévia dos envolvidos e dos interessados. A resolução do Conselho Geral revela, assim, um processo autocrático, porque não discutido com os interessados, e arrogante, porque imposto sem respeito pelas opiniões dos que construíram e constroem diariamente a instituição, a que acresce o facto fundamental de não serem nem claros nem transparentes os seus objetivos.

Sim, porque esta é a questão central: porquê? O que se pretende com tal decisão?

Nos documentos aprovados pelo Conselho Geral, e enviados a conhecimento dos docentes e funcionários após a resolução do dia 2/12/2019, não consta qualquer objetivo a ser atingido com a reorganização. Reorganiza-se para quê? Deve, com certeza, haver um ou mais objetivos ou a decisão foi tomada sem se saber para quê?

Das intervenções públicas do senhor presidente do IPCB, o único objetivo que é referido respeita à melhoria da eficiência financeira da instituição. A ser assim, deveria haver, como é recomendado por qualquer manual elementar de gestão, um cuidado estudo financeiro de suporte à decisão que mostrasse os benefícios, poupanças ou melhorias conseguidas com as soluções propostas. Mas não se conhece nenhum estudo, nem cuidado, nem mesmo descuidado. Por que razão não foi divulgado, pelo menos aos órgãos internos? Será porque não existe? Será que os responsáveis conselheiros aprovaram a reorganização e criaram esta enorme entropia institucional para melhorar a eficiência financeira da instituição, sem qualquer dado concreto sobre essa eventual melhoria?

Porque, certamente, o Conselho Geral terá consciência que aprovou uma enorme balbúrdia, de acordo com os documentos que enviou!

Recapitulando:

- A ESE é extinta e dispersa por várias outras escolas: 382 alunos - de 1 Ctesp, 2 licenciaturas e 5 mestrados das áreas de serviço social e de educação - 28 professores e os materiais associados são transferidos para a ESART; 243 alunos, dos cursos de desporto, 9 professores e materiais associados são afetos à ESALD, mas ficam instalados nos Blocos B e C da ex-EST!!!

- A atual ESA é transformada em ESTIT (Escola Superior de Tecnologia e Inovação Territorial!) e são transferidos da atual EST, 256 alunos - de 2 Ctesp, 4 licenciaturas e 1 mestrado - 42 professores das áreas de engenharia e os materiais associados (laboratórios, equipamentos eletrónicos e informáticos, etc.).

- É extinta a ESGIN e criada uma Escola de Informática e Gestão de Negócios/ESIG que fica instalada no edifício da ex-ESE (que

é dispersa por outras). A ESGIN mantém cursos em funcionamento em Idanha-a-Nova e da ex-EST são transferidos, para esta nova escola, 563 alunos - de 3 Ctesp, 2 licenciaturas e 1 mestrado - 23 professores e os materiais associados (laboratórios, computadores, etc.).

Alguém compreende bem o que aprovaram? E não é tudo, porque ainda há cursos de design da ESART que ficam a funcionar em instalações da antiga EST, etc, etc. Com todo o respeito, senhores conselheiros, isto soa a brincadeira de mau gosto!

E, senhores conselheiros, quanto vai custar esta balbúrdia?

Tiram-se os alunos de desporto da ESE, onde está localizado o único pavilhão desportivo do IPCB, e enviam-se para a EST onde estão os laboratórios e computadores, para enviar estes laboratórios e computadores para a ESE para lá colocar os alunos dos cursos de informática que estão na EST? Alguém explica porque não se deixam estar onde estão e não se gasta um cêntimo com tais mudanças estapafúrdias? Ou existem outros objetivos que justificam que se gastem muitos milhares de euros para fazer mudanças que dizem ser para diminuir custos? Nesse caso quais são esses objetivos?

Transferem-se os alunos de serviço social e de educação da ESE para a ESART e transferem-se alunos da ESART para a ex-EST? Extingue-se a ESGIN para, afinal, ficarem lá os mesmos alunos e docentes a funcionar sem nenhuma direção? Ou é para justificar a criação de uma outra escola em Castelo Branco?

Senhores conselheiros:

Exige a ética e a transparência indispensáveis a todas as instituições e procedimentos públicos e até as mais elementares regras de gestão, que sejam clarificados e quantificados os objetivos, custos



Valter Lemos

Presidente do IPCB de 1996 a 2000 (Responsável pelas propostas de criação da Escola Superior de Gestão e Artes Aplicadas e da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias) Vogal da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação de Castelo Branco de 1985 a 1996

e relação custo-benefício desta reorganização, pois sem tais elementos o que se apresenta é uma balbúrdia que ameaça infernizar a vida de milhares de alunos, professores e funcionários e que parecem ter custos financeiros, académicos e até sociais muito elevados e possivelmente incomportáveis para o IPCB.

A aparente ligeireza da vossa decisão é chocante para qualquer cidadão bem-intencionado e naturalmente para os professores, alunos e funcionários que irão sofrer os efeitos da mesma.

O IPCB tem quarenta anos de história. Alguns de vós pareceram conhecê-la mal. Se esta vossa decisão vier a consumir-se nos termos em que é apresentada, espero que todos os conselheiros sejam tão expeditos e responsáveis a responder aos problemas que surjam e aos resultados gerados como foram na tomada da decisão agora anunciada.

E tal não é um desejo. É mesmo uma exigência da ética republicana que enforma a gestão pública. Saudações académicas.